SISTEMA ESCOLAR E AVALIAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Bruna Lammoglia, UNESP campus Rio Claro

brunalammoglia@yahoo.com.br

Maria Aparecida Viggiani Bicudo, UNESP campus Rio Claro

mariabicudo@gmail.com

Resumo

Este trabalho é fruto de resultados parciais de uma pesquisa de doutorado que visa a explicitar significados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) mediante o modo pelo qual ele se mostra no cotidiano escolar. Foram realizadas pesquisas em documentos oficiais e uma revisão bibliográfica em avaliação educacional, as quais permitiram uma articulação interpretativa dos depoimentos de três professores de uma escola, analisados segundo uma abordagem fenomenológica. No texto, mostramos do que se trata o SARESP e disponibilizamos informações sobre o funcionamento do sistema escolar no Estado, além de expor a metodologia adotada para a análise das entrevistas. Finalizamos com a análise de uma categoria que emergiu dos dados: Sistema Escolar e Avaliação.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. SARESP. Sistema Escolar.

Introdução

Focamos, nesta pesquisa, a dimensão da política pública anunciada e realizada pelo SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, com maior ênfase no SARESP 2010, ano em que realizamos as entrevistas nas escolas, para investigar o modo pelo qual o cotidiano escolar se mostra. De maneira mais específica, esse cotidiano foi considerado em termos da realidade vivida em uma escola determinada.

A meta é compreender o que ocorre na realidade escolar, do ponto de vista do retorno da avaliação efetuada e dos desdobramentos possíveis que uma análise desse processo acarretam ou podem acarretar, bem como aqueles que afetam o campo de trabalho da equipe educacional, vista também da perspectiva de sua carreira profissional.

Mediante análises dos documentos do SARESP, de pesquisas sobre o tema ‘avaliação’ e de discursos dos professores da rede pública de ensino, tem-se por alvo

traçar convergências e divergências articuladas, buscando trazer à luz uma compreensão esclarecedora sobre políticas públicas de avaliação no âmbito da educação escolar concernente à Educação Básica.

Iniciamos explicando do que se trata o SARESP, mostrando, na sequência, informações sobre a Proposta Curricular e sobre o Funcionamento do Sistema Escolar Paulista, conhecimentos necessários para o entendimento dos depoimentos dos professores. Fazemos, então, uma breve explicação da metodologia de pesquisa, realizada segundo uma abordagem qualitativa fenomenológica. Enfim, mostramos a análise da categoria "Sistema Escolar e Avaliação", uma das que se delinearam após análises dos depoimentos de três professores de matemática de uma escola, articulada com informações de análises documentais.

O SARESP

O SARESP foi implantando em 1996, pela Resolução da Secretaria da Educação (SE) nº 27 de 1996, como uma iniciativa da própria Secretaria, articulado com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em nível nacional. Segundo essa Resolução, são justificativas para a implantação do SARESP: a imprescindibilidade de recuperar o padrão de qualidade do ensino ministrado no Estado; a importância em subsidiar o processo de tomada de decisões que objetivem melhoria da administração do sistema educacional através de resultados avaliativos cientificamente apurados; a necessidade de informar a sociedade e a comunidade educacional sobre o desempenho do sistema de ensino e a necessidade das Diretorias de Ensino e Unidades Escolares obterem resultados imediatos para tomada de decisões, em seus níveis de atuação.

O SARESP é realizado anualmente desde então, com exceção de 1999 e 2006, passando por modificações quase todos os anos. São avaliadas as escolas estaduais, obrigatoriamente, e por adesão, as escolas particulares e municipais (com exceção de 2001 e 2002, onde só foram avaliadas as escolas estaduais). O objetivo da avaliação em 2010 foi de:

> fornecer informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre a situação da escolaridade básica na rede pública de ensino paulista, assim como, de ser capaz de orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade da Educação Básica do ensino. (SÃO PAULO, 2011b, p. 3).

Dentre os instrumentos de coleta de dados para a avaliação estão as provas para os

alunos, que avaliam competências, habilidades e conteúdos. O SARESP se apoia basicamente em dados quantitativos, com análises estatísticas e uso de técnicas psicométricas, como a Teoria Clássica dos Testes e a Teoria da Resposta ao Item (TRI), esta última, conforme Andrade, Tavares e Valle (2000) procura representar as relações entre a probabilidade de um indivíduo acertar determinado item com suas proficiências e habilidades em uma determinada área do conhecimento.

São também aplicados questionários de contextualização, com alunos e suas famílias, professores e equipe de gestão, que são analisados com modelos hierárquicos lineares, que permite agrupar os dados obtidos por classes, depois por escola, mais tarde por cidade, município, diretorias regionais e totalizadas para o sistema, no caso, o Estado e correlacioná-los com o desempenho dos estudantes.

Dentre as diversas alterações do SARESP, destacaremos o modelo adotado a partir de 2007, que passou a utilizar a mesma escala de proficiência do SAEB e Prova Brasil, para que a comparação pudesse ser feita com os sistemas nacionais de avaliação.

Avaliam-se, a partir de 2008, anual e alternadamente, as áreas de Ciências da Natureza (Ciências, Física, Química e Biologia) e de Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), além de Língua Portuguesa e Matemática todos os anos. São avaliados os 3os, 5os, 7os e 9os anos do Ensino Fundamental e 3as séries do Ensino Médio.

O SARESP passa a causar um maior impacto na rede oficial de ensino no Estado de São Paulo a partir de 2008, quando seus resultados são atrelados às bonificações de professores e ao cumprimento de metas, da maneira que se explicita a seguir. Em 2008, a Secretaria de Educação lançou o Programa de Qualidade da Escola que “tem como objetivo promover a melhoria da qualidade e a equidade do sistema de ensino na rede estadual paulista” (SÃO PAULO, 2011, p.1). Para verificar a qualidade são aplicadas as avaliações do SARESP anualmente e propostas metas para melhoria da qualidade de ensino por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP).

O IDESP é calculado, por série, do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, com a fórmula: IDESP = ID x IF, onde ID é o indicador de desempenho, calculado a partir da nota do SARESP das séries mencionadas em Língua Portuguesa e Matemática, e IF é o indicador de fluxo, que é medido pela taxa média de

aprovação em cada etapa da escolarização coletadas pelo Censo Escolar, e varia entre zero e um, sendo um quando todos os alunos são aprovados.

Segundo informações que constam na Nota Técnica (SÃO PAULO, 2011), as metas de aumento do IDESP foram estabelecidas para serem cumpridas a longo prazo, até 2030. Para que se atinja esse objetivo, foram atribuídas metas anuais para cada escola e todo ano é calculado o Índice de Cumprimento de Metas das escolas. Esse índice é atrelado ao bônus dos profissionais da educação por meio da Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008.

Proposta Curricular do Estado

Em 2007, a proposta curricular do Estado passou por uma reestruturação, dentre outros objetivos, para que o currículo fosse unificado nas escolas estaduais, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Física, Química, Biologia, História, Filosofia, Sociologia, Geografia, Inglês, Arte e Educação Física. Foi implantada em 2008, com o envio de material para os professores e gestores, e em 2009 também para os alunos.

Esse material é composto pelo Caderno do Aluno, Caderno do Professor e Caderno do Gestor.

O Caderno do Gestor aponta diretrizes para apoiar a gestão do currículo nas unidades escolares. Os Cadernos do Aluno e do Professor são organizados por bimestre e por disciplina. Nos primeiros, encontramos situações de aprendizagem, sugestões de pesquisa individual, lição de casa e espaços para que os alunos realizem algumas atividades propostas. Já os Cadernos do Professor contêm situações de aprendizagem, com atividades em consonância com aquelas apresentadas no Caderno do Aluno, em geral resolvidas. São tecidas considerações sobre avaliação de cada situação de aprendizagem.

Essa Proposta torna-se referência obrigatória para a rede oficial de ensino de São Paulo em 2008, e descreve o elenco das metas de aprendizagens desejáveis em cada área, os conteúdos disciplinares a serem desenvolvidos em cada ano ou ciclo e o que se espera que os alunos sejam capazes de realizar com esses conteúdos, expressos na forma de competências e habilidades claramente avaliáveis. (SÃO PAULO, 2009, p. 9).

Assim, com a proposta de um currículo estadual comum, puderam se definir

metas que todos os alunos têm direito de alcançar, garantir as mesmas oportunidades a todos os alunos, além de estruturar a avaliação em larga escala (SÃO PAULO, 2010, p. 58).

Os objetivos de desempenho são descritos, por meio de uma série de critérios do rendimento esperado, de forma a constituir a estrutura básica de um sistema de avaliação referenciado a esses critérios, que incentiva os professores a se concentrarem nas habilidades e nos processos estabelecidos, para que os alunos os desenvolvam. (SÃO PAULO, 2010, p. 58).

No SARESP 2008 a matriz de referência da avaliação passa a ser elaborada a partir do novo currículo. Assim, se têm as referências para construção das provas e é possível determinar a posição dos alunos segundo níveis de desempenho, com indicadores obtidos por uma escala de proficiência.

Funcionamento do Sistema Escolar Paulista

Segundo o artigo 10º da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (BRASIL, 1996), os Estados devem assegurar, em regime de colaboração com os municípios, o ensino fundamental e médio a todos que o demandarem. Tal lei, em seu artigo 23º, também dispõe que a organização da educação básica poderá ser feita de diversas maneiras, incluindo séries e ciclos.

Respeitando a lei nacional, o sistema escolar paulista é dividido em Ensino Fundamental e Médio e regulamentado pela Resolução SE nº 81 de 2011, que em seu artigo 2º organiza o ensino fundamental em regime de progressão continuada, estruturada em nove anos, constituída por dois ciclos: do 1º ao 5º ano; e do 6º ao 9º ano. O ensino médio é desenvolvido em três séries anuais, sem o regime de progressão continuada.

A progressão continuada é um procedimento utilizado pela escola que permite ao aluno avanços sucessivos e sem interrupções, nas séries, ciclos ou fases. O aluno somente poderá ser retido em dois casos: se exceder o limite de 25% de ausências não compensadas ou caso não atinja o mínimo de conhecimento exigido nas séries finais dos ciclos, ou seja, no 5ª e 9º ano.

Em São Paulo, a Progressão foi instituída pela Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 09 de 1997, e passou a ser implantada em 1998. Essa

deliberação assegura, no seu artigo 3º, que deverão ser especificados, por exemplo, mecanismos que assegurem reforço e recuperação paralelas e contínuas, ao longo do processo e, se necessárias, ao final de ciclo ou nível.

Tendo tal artigo em vista, a progressão continuada sofre diversas críticas por não proporcionar certas estruturas necessárias para o seu bom funcionamento. Porém, não é a intenção deste item e nem deste trabalho estabelecer um debate teórico acerca dos posicionamentos prós e contras a progressão. Um histórico sobre sua implantação, que mostra diversas opiniões de especialistas sobre o assunto pode ser encontrado em Gramari, 2008.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa em andamento é efetuada segundo procedimentos qualitativos, com uma abordagem fenomenológica, lançando mão de recursos hermenêuticos, os quais dão sustentação para a análise dos documentos oficiais e dos discursos dos sujeitos pesquisados. Usamos o sentido de interpretação hermenêutica, que segundo Bicudo (1993, p.64):

> não se atém a uma interpretação estrutural do texto [...] mas procura pelo significado do texto no contexto em que ele emerge, nas experiências vividas por aquele que o lê e o interpreta, tanto à luz do seu real vivido como à do encontro histórico dessa vivência e tradição.

O SARESP é focado como fenômeno, como o que se mostra em seus modos de ser, e buscamos visualizar como a realidade vivida por professores, alunos e demais agentes da instituição escolar é compreendida e se expõe em suas práticas à luz da política pública instituída. Assim, destacamos os passos da pesquisa, em relação à escolha da escola e dos sujeitos pesquisados, além dos procedimentos de análise dos dados.

As características levantadas que sustentaram a indicação da escola *A* a ser pesquisada foram: representatividade na região; possuir número relativamente grande de alunos e professores, para permitir a obtenção de depoimentos que relatassem diferentes situações vividas e ter passado por todas as aplicações do SARESP desde 1996, permitindo a vivência das mudanças do SARESP ao longo do tempo, para os profissionais que estão há mais tempo na escola.

Foram entrevistados três professores de matemática, mas que nas falas se referiram ao SARESP em sua totalidade, não apontando somente especificidades sobre a matemática; dois professores coordenadores; uma diretora; nove alunos da 3ª série do Ensino Médio e oito alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. As entrevistas foram realizadas em dezembro de 2010, individualmente, com garantia de anonimato da escola e do depoente, com gravação em vídeo e posterior transcrição das falas.

As transcrições foram analisadas, numa abordagem fenomenológica, seguindo o método delineado a seguir. Foram lidas o número de vezes necessárias, atentamente, pela pesquisadora, tendo como norte a pergunta da pesquisa: "Como o SARESP se presentifica[1] na realidade escolar?", a fim de se destacarem as falas que fazem sentido à luz desta pergunta, que serão chamadas de unidades de sentido. Na etapa seguinte foram elaborados quadros com cinco colunas (como é mostrado no quadro 1): o número da unidade de sentido; a unidade de sentido destacada; seu respectivo enxerto hermenêutico, que visa a permitir uma análise/reflexão sob o aspecto do tema investigado, de termos ditos pelo sujeito; a unidade de significado, que é a unidade de sentido numa fala articulada pela pesquisadora, com compreensões e interpretações permitidas pelo enxerto hermenêutico; e uma coluna organizada com o que diz cada unidade, que chamaremos de invariante. Temos, assim, a análise denominada ideográfica, ou seja, dos individuais (unidades de sentido destacadas no discurso obtido pelas transcrições das entrevistas).

Quadro 1 – Exemplo de quadro de análise dos dados

Nº	**Unidade de Sentido**	**Enxerto Hermenêutico**	**Unidade de Significado**	**O que fala a U.S. (invariante)**
SP1.2	Não sou efetivo.	Efetivo: Possui cargo concursado e estável de magistério no funcionalismo público estadual.	Não é professor com cargo efetivo.	Situação funcional.

Fonte: Dados organizados pelas autoras.

A partir daí, avançamos em direção à análise nomotética, buscando invariantes cada vez mais abrangentes, ou convergências, num processo denominado redução fenomenológica, indicando os grandes invariantes ou, como temos denominado, as categorias abertas. Essas categorias também são interpretadas e analisadas, à luz da

[1] Presentifica: o que se torna presente, mostrando-se mediante ações, práticas, atividades, discursos proferidos.

pergunta da pesquisa, das leituras de textos de autores significativos, das reflexões da pesquisadora e de seus pares (BICUDO, 2000).

Categoria Aberta: Sistema Escolar e Avaliação

Neste item mostraremos a análise de uma das categorias, que denominamos "Sistema Escolar e Avaliação", que se desenvolveu a partir das análises de depoimentos dos professores, dividida nos seguintes subitens: *preparação do professor para o SARESP; preparação do aluno para o SARESP; avaliação do aluno e SARESP; comprometimento dos alunos e pais com o processo de avaliação; funcionamento da escola: progressão continuada, recuperação; análise e uso dos resultados do SARESP.* Destacamos que os sujeitos professores um e três (SP1 e SP3) lecionam para o ensino médio e a depoente SP2, para o Ensino Fundamental.

Preparação do professor para o SARESP

A depoente SP2 afirma que é bem informada pela escola. Conta que dois professores da escola foram para cursos de capacitação, onde foi falado sobre o SARESP. Tais capacitações ocorrem todos os anos, para onde vai um professor de cada série e disciplina que será avaliada, e depois nas reuniões na escola, passam essas orientações aos demais. Os depoentes SP1 e SP3 relatam que foi dada uma orientação pelos coordenadores da escola de como é a escala de proficiência do SARESP, de como funciona. O depoente SP3 conta que foi feita pela escola uma imitação do SARESP, com os professores respondendo as atividades.

Os depoentes afirmam explicitamente que entendem a escala de proficiência em Matemática, mas o sujeito SP3 não acha prático, pois se quiser elaborar uma atividade usando a escala, exige muito tempo.

Preparação do aluno para o SARESP

A depoente SP2 aplica provas contendo questões de provas anteriormente aplicadas do SARESP, ENEM e vestibulares para preparar os alunos para realizar provas teste, já que percebeu que o desenvolvimento deles melhorou quando começou a avaliá-los com esses dois tipos de exame.

O depoente SP3 afirma que a rotina de suas aulas não muda em função do SARESP, mas sim em função do ENEM, pois os alunos pedem exercícios fora do conteúdo que está sendo trabalhado. Ele trabalha mais com exercícios que caíram no vestibular do que com exercícios do SARESP. Diz que às vezes trabalha com exercícios do SARESP pela facilidade de encontrá-los no banco de dados. O professor não trabalha com exercícios do SARESP em período anterior à sua aplicação por não acreditar que isso funcione. Faz analogia aos cursinhos pré- vestibulares, nos quais há treino durante o ano todo e mesmo assim a maioria não é aprovada.

O sujeito SP1 disse que a rotina das aulas na época do SARESP muda, porque são aplicados simulados relacionados a essa prova. O sujeito aplicou o simulado para fazer uma revisão com os alunos, considerando-o como uma atividade bimestral e valendo nota.

Avaliação do aluno e SARESP

O sujeito SP2 avalia os alunos com duas provas mensais que possuem características diferentes: uma delas é uma prova dissertativa sobre o conteúdo trabalhado em sala de aula e a outra é uma prova teste, contendo questões de provas anteriores do SARESP, ENEM e vestibulares. A depoente afirma que antes de receber o material do aluno e do professor, referente à nova proposta curricular, ela trabalhava com os alunos os conteúdos referentes ao currículo do Estado. Conclui que o conteúdo que era cobrado na prova do SARESP coincidia mais com o que ela abordava anteriormente do que depois da vinda desses materiais. A depoente afirma que o material da proposta não detalha bem os conteúdos abordados, não possui uma sequência que facilite o ensino e a aprendizagem. Portanto, a professora não trabalha somente com esse material, mas também com um livro. Afirma também que os alunos, após realizarem a prova do SARESP, são unânimes em dizer que o conteúdo abordado nas provas se assemelha ao conteúdo do livro didático.

O depoente SP3 diz que os professores não têm acesso de maneira oficial às provas do SARESP, portanto não têm muito conhecimento para relacioná-las com suas avaliações. Porém, conta que em 2009 viu uma avaliação do SARESP e que notou uma grande diferença entre o conteúdo abordado na prova e o conteúdo abordado no material relativo à proposta curricular enviado pelo governo. Diz que o SARESP exige mais que

tal material, e que serve para avaliar o trabalho do depoente já que ele usa também o livro didático. O depoente critica o governo por propagar que o professor deve fazer diversos tipos de avaliação com os alunos, porém os avalia com apenas uma. Ele avalia os alunos com trabalhos em grupos, pesquisas, avaliações do registro e da participação.

O sujeito SP1 afirma que devido à progressão continuada, não se avalia o aluno da maneira como ele deveria ser avaliado. Relata que se o aluno apenas frequenta as aulas, mas não participa, o professor tem que dar uma nota. Argumenta que é dever do aluno frequentar as aulas, sendo um despropósito atribuir uma nota a um aluno que fez somente isso. Defende que, prioritariamente, para aprovar ou não um aluno, deve-se levar em conta a avaliação feita dentro da sala de aula e não projetos fora desse âmbito, pois os estudantes acabam realizando esses projetos para terem nota. O depoente diz que o aluno sabe que se mantiver um comportamento aceitável dentro da sala de aula, ele pode passar de ano, mesmo não tendo notas boas para isso, portanto não leva a sério as provas. Dessa maneira, acha que não se deve usar a avaliação do comportamento do aluno para aprová-lo ou não, e sim a nota relativa ao conteúdo trabalhado. Ele afirma detestar provas, porém acha que é a única maneira de se exigir algo da maioria dos alunos, e que é a maneira mais correta de se avaliar. Relata que a avaliação do SARESP com a avaliação que faz em sala de aula converge em certa medida, porém os alunos fazem mais nas provas aplicadas pelo professor, pois ele pede mais em termos de conteúdo e não dá provas testes assim os alunos não têm como apontar alternativas ao acaso.

Comprometimento dos alunos e pais com o processo de avaliação

O depoente SP3 não acha apropriado, em geral, o comprometimento dos alunos na avaliação do SARESP nem nas avaliações feitas dentro da escola. Diz que há dois motivos para os alunos agirem assim: um que por terem defasagens no conhecimento em Matemática, relativo à série em que se encontram e como mecanismo de se defender, para não se expor a constrangimentos, se negam a fazer avaliações individuais, já que em geral podem recuperar a nota com um trabalho em grupo; outro é que o aluno sabe que sempre vai ter outra chance para se recuperar, e que ele pode ser promovido de maneira fácil, então não se empenha.

O depoente SP1 afirma que os alunos são orientados para o comportamento de somente frequentar a escola, copiando a matéria, fazendo o mínimo que os pais pedem, para ter uma nota. Diz que a maioria dos pais não tem ideia do que o aluno faz dentro da sala de aula. Observa que os alunos não consideram a prova do SARESP séria, pois permanecem na sala somente o tempo mínimo requerido, chutam as alternativas, não leem (ou leem rapidamente) as questões. Acha que a maioria tenta fazer, mas são poucos os que ficam até o final tentando. Propõe serem dadas recompensas aos alunos, para que eles levem a prova mais a sério, já que contou ser frequente ouvir alunos dizendo que não vão fazer, pois não vão ganhar nada com isso.

Funcionamento da escola: progressão continuada, recuperação

A depoente SP2 não acha a proposta da progressão continuada ruim, porém afirma que no cotidiano escolar não está funcionando. Questiona se é melhor aprovar os alunos sem que eles saibam os conteúdos, se depois esse aluno será retido no fim do ciclo. Relata que na 8ª série tem que voltar a ensinar conteúdos de séries anteriores, o que não acontece na escola particular que ela leciona, já que lá não existe a progressão continuada. Assim, na escola particular ela ministra toda a proposta de conteúdo da escola, mas na escola estadual nem sempre consegue.

O depoente SP3 é contra a progressão continuada da forma que ela foi imposta, pois diz que a escola hoje entrega diplomas sem que o aluno tenha o conhecimento. Também diz ser contra a progressão, pois os alunos não se sentem instigados a estudar. Afirma que não seria contra a progressão continuada se trabalhasse com turmas pequenas e ficasse mais tempo na escola, para que pudesse fazer um trabalho individualizado com os alunos. Observa que seria igualmente importante o professor lecionar na mesma escola no ano seguinte, pois assim já conheceria o desenvolvimento dos alunos e poderia sanar as dificuldades.

O depoente SP1 afirma que o ensino atualmente está muito aquém do esperado, já que os professores não têm autonomia para fazer nada e não podem punir os alunos de nenhuma forma. Atribui essa falta de autonomia ao fato de que os alunos estão exercendo um grande controle sobre a equipe escolar. O sujeito afirma que devido à progressão continuada, não se avalia o aluno da maneira como ele deveria ser avaliado. O depoente conhece o projeto da progressão continuada, afirmando que é muito bonito,

porém que a escola não possui estrutura para desenvolvê-lo. Afirma que a formação de professores não contempla o trabalho no formato da progressão continuada. Acredita que uma falha no projeto é não poder reprovar o aluno ao final do ano letivo, sendo o sujeito a favor da metodologia de ensino baseada em livro didático, exercícios e provas. Se o aluno não atingir o conhecimento para ser aprovado para o próximo período, deve ser reprovado.

Em relação à recuperação, a depoente SP2 conta que na escola tem aulas de recuperação de Matemática e Português, realizadas em período contrário ao que o aluno tem aulas regulares. Relata que foi contratado um professor no início do ano para ministrar essas aulas. A professora afirma que a recuperação deu bom resultado com alguns alunos, que levaram a sério e que frequentaram as aulas. Conta que mesmo com os pais se responsabilizando em trazer o aluno à escola para as aulas de recuperação e a escola oferecendo almoço para alunos que não podem ir embora e voltar, tem aqueles que não frequentam.

O depoente SP3 afirma que teve alguns alunos que participaram da recuperação, porém que essa participação foi mínima. Diz que os alunos deveriam frequentar no período contrário ao que estudam, mas os do noturno em geral não podem, pois trabalham durante o dia. Assim, a escola encontrou uma solução, que foi trabalhar junto o professor regular e o professor da recuperação, em algumas aulas, com conteúdos diferentes. Conta que se fossem rigorosos, o número de alunos que deveria participar da recuperação seria de metade dos alunos. Os conteúdos vistos em recuperação para o terceiro ano do ensino médio eram de conceitos fundamentais da matemática, como regras de sinais e teorema de Pitágoras. Disse que o professor de recuperação ficou de licença saúde por um bom tempo. Conclui que o funcionamento da recuperação foi mínimo perto da defasagem dos alunos.

O depoente SP1 afirma que a maioria dos alunos não comparece à recuperação, justificando que eles não frequentam porque não querem. O professor oferece atividades diferentes das que está trabalhando em sala de aula regular, para as turmas de recuperação. Conta que ministrou aulas de recuperação de Matemática para o ensino médio durante o ano de 2010 e que nenhum aluno do noturno frequentava, quando a recuperação era em período contrário, dessa maneira, na escola, elaboraram um plano em conjunto com o professor da série regular, e as aulas de recuperação eram no mesmo

horário das aulas regulares. Assim, os alunos que estavam de recuperação poderiam sair da aula regular para ir à recuperação. Relata que suas aulas não significavam nada para os alunos, que nem sempre vinham os mesmos alunos, tendo assim que repetir conteúdos já dados, devido a essa rotatividade dos estudantes, e percebia também que eles saiam da aula do outro professor, só para estar num local diferente naquele dia, sem preocupações com sanar as dificuldades. A situação muda um pouco quando conta que ministrou aulas de recuperação para alunos do período diurno, classe na qual ele também era professor regular, pois usava estratégias para fazer com que esses alunos viessem às aulas da tarde. Conta que nessa turma a recuperação funcionou, mas nas do noturno conseguiu poucos resultados positivos.

Análise e uso dos resultados do SARESP

A depoente SP2 afirma que quando a escola recebe os resultados, são analisados, em reuniões, os níveis de proficiência dos alunos das diferentes séries e disciplinas avaliadas. Na escola, a professora conta que fazem um plano de ações usando os resultados do SARESP como guia. Porém, acha que seria mais eficiente se analisassem também as provas que os alunos fizeram, pois analisando só os dados, sabe-se que os alunos estão com dificuldades, mas não se sabe no que, dificultando o trabalho da equipe escolar. Afirma que se faz um plano para recuperar, com conteúdos que a escola acha que deve ser adequado para aquela série, mas não se tem a prova para saber se foi nesse conteúdo mesmo que ocorreu maior defasagem.

O depoente SP3 afirma que na escola em questão, os resultados do SARESP são trabalhados no sentido de atingir as metas propostas pelo Estado. Diz que também é feita uma comparação com os resultados de outras escolas e que também comparam os níveis dos alunos no decorrer do tempo, pois acha que olhar só para os números não tem significado. Portanto, olha-se também para a parte qualitativa dos resultados, ou seja, as qualidades de cada escola, para tentar melhorar. O professor diz que nas reuniões com professores foram apresentadas as habilidades avaliadas no SARESP e a forma como é calculado o nível de proficiência. O depoente acredita que não é uma avaliação que vai resolver os problemas da educação, mas que sim faz parte de um processo, no qual a importância da avaliação reside no retorno que se tem após sua realização. Observa que

o SARESP aplica uma avaliação, avalia o que os alunos não sabem e acaba aí, sendo uma avaliação por si só, o que não ajuda na educação.

O depoente SP1 não usa os resultados do SARESP para avaliação, somente o simulado que aplica, usa como uma atividade bimestral.

Considerações

Os professores revelam que são preparados em relação ao SARESP nas reuniões na escola, inclusive em aspectos técnicos da escala de proficiência, porém observa-se a falta de praticidade para trabalhar usando esses dados no cotidiano. Além disso, relatam que não têm acesso às provas e nem aos conteúdos cobrados, o que dificulta o uso dos resultados. Percebemos que o uso pedagógico desses resultados está bem incipiente, apesar de ser uma orientação expressa nos relatórios do SARESP. Nesse sentido, acreditamos ser necessário um investimento do poder público em oficinas de apropriação dos resultados pelos professores, atualmente atingidos por uma avalanche de informações que acabam sendo subutilizadas.

Os depoentes mostraram divergências de opiniões relacionadas à rotina das aulas na época do SARESP. Um deles afirma que não muda nada em função dessa avaliação, mas sim em função dos vestibulares, os outros sinalizam a existência de simulados e a elaboração de provas testes para treinar os alunos para realizarem esse tipo de prova.

Foi relatada pelos professores a falta de comprometimento dos alunos tanto nas avaliações em sala de aula quanto nas provas do SARESP. Também destacam diferenças entre o que é proposto no material enviado aos alunos e professores, referente à Proposta Curricular do Estado, e o que é cobrado nas provas do SARESP, conclusão que chegam por relatos de alunos ou por provas visualizadas de modo extra-oficial. Essa observação é preocupante, já que o trabalho do professor está sendo diretamente avaliado pelo resultado dos seus alunos no SARESP, e é obrigatório o uso de tal proposta pelos professores.

Aparece como destaque nas críticas dos professores, a exigência do governo em requisitar que o professor avalie de diversas maneiras, e o SARESP avaliar apenas por meio de uma. Essa informação, para os professores, é mostrada como importante e também necessitaria ser mais bem esclarecida.

Veem que o projeto da Progressão Continuada é “bonito”, mas não funciona na prática, pois tem causado acúmulo de dificuldades ao longo do tempo e falta de responsabilidade dos alunos e pais, inclusive levando-se em conta que a recuperação paralela não funciona a contento. No trabalho de Gramari, 2008, ela discorre sobre documentos e artigos que tratam da insatisfação dos professores ao lidarem com a progressão continuada, que na prática se transformou numa progressão automática, fato comprovado pela ineficácia dos processos de recuperação paralela, conforme relatado pelos professores.

Terminamos este artigo sugerindo que o Estado invista esforços em preparar melhor os professores para a recepção dos resultados do SARESP, com esclarecimentos acerca de detalhes técnicos, como, por exemplo, o motivo pelo qual não se liberam as provas nem os resultados individuais dos alunos, já que eles são os principais atores nesse processo de avaliação.

Além disso, apesar de não ser o foco desta pesquisa, a Progressão Continuada aparece como um grande problema do atual sistema de ensino, devido à falta de estruturas básicas para a sua organização, como é o caso do não funcionamento a contento das recuperações paralelas, essenciais para que a progressão continuada não se transforme em progressão automática. Dessa forma, sugere-se que sejam considerados nos cursos de formação de professores aspectos relativos a como trabalhar com esse sistema e, principalmente, que o Estado providencie as estruturas necessárias para seu funcionamento.

Referências

ANDRADE, D. F.; TAVARES, H. R.; VALLE, R. C. **Teoria da Resposta ao Item**: conceitos e aplicações. São Paulo: ABE (Associação Brasileira de Estatística), 2000.

BICUDO, M. A. V. A Hermenêutica e o Trabalho do Professor de Matemática. **Cadernos da Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativos**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 63-95,1993.

BICUDO, M. A. V. **Fenomenologia**: confrontos e avanços. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. (País). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

GRAMARI, E. P. S. **A implantação do regime de progressão continuada numa escola da rede oficial de ensino da Capital e as implicações sobre o cotidiano dos**

professores: um canal de escuta. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SÃO PAULO. (Estado). Resolução SE nº 27, de 29 de março de 1996. Dispõe sobre o SARESP.

SÃO PAULO. (Estado). Deliberação CEE nº 09, de 30 de julho de 1997. Diretrizes para elaboração de Regimento das escolas no Estado.

SÃO PAULO. (Estado). **Matrizes de referência para a avaliação Saresp: documento básico**. São Paulo, 2009. Coordenação geral, Maria Inês Fini.

SÃO PAULO. (Estado). **Relatório Pedagógico SARESP 2009 Matemática. São Paulo**: SEE, 2010.

SÃO PAULO. (Estado). Resolução SE nº 81 de 16 de dezembro 2011. Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas estaduais.

SÃO PAULO. (Estado) **Programa de Qualidade da Escola**. Nota técnica. São Paulo, 2011.

SÃO PAULO. (Estado) **SARESP 2010. Relatório Pedagógico Matemática**. São Paulo, 2011b.